

DESENVOLVIMENTO LOCAL EM MUNICÍPIOS IMPACTADOS POR HIDRELÉTRICAS: PERCEPÇÃO DOS ATORES SOBRE O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO E OS EFEITOS PÓS-BARRAGEM

Adila Maria Taveira de Lima - adila@uft.edu.br
Mac David da Silva Pinto - macdavid@uft.edu.br
Elineide Eugênio Marques - emarques@uft.edu.br

* Submissão em: 03/02/2020 | Aceito em: 31/04/2020

RESUMO

As implicações dos grandes projetos desenvolvimentistas envolvem o uso de recursos naturais e é propagado como propulsores do desenvolvimento local. Nesse sentido, o presente artigo analisa o desenvolvimento local e os efeitos pós barragem a partir da percepção dos atores que vivenciaram o processo de implementação de hidrelétricas e que vivenciam suas implicações, utilizando como recorte da pesquisa, 14 municípios impactados por três grandes empreendimentos hidrelétricos (Peixe Angical, São Salvador e Estreito), instalados no rio Tocantins. Foram realizadas 54 entrevistas semiestruturadas e analisadas por meio do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Os resultados apontam que, a implantação desses projetos como um impulsionador para o desenvolvimento local, não cumpriram seu papel. Os atores relatam que, as mudanças e os impactos ocasionados transcendem ao incremento na arrecadação e na geração de energia, além disso, evidenciam as consequências dos efeitos pós-barragem e não reconhecem o desenvolvimento advindo desses empreendimentos, pelo contrário, relatam fortes pontos desfavoráveis ao empreendimento.

Palavras-Chave: Tocantins; governança; atores locais; arrecadação municipal; *boom e bust*.

LOCAL DEVELOPMENT IN MUNICIPALITIES IMPACTED BY HYDROELECTRIC: ACTORS' PERCEPTION OF THE IMPLEMENTATION PROCESS AND THE POST-DAM EFFECTS

ABSTRACT

The implications of big developmental projects involve the use of natural resources and are propagated as result of local development. In this sense, this article analyzes the local development and the post-dam effects from the perception of the actors who experienced the process of implementing hydroelectric plants and who experience their implications, using 14 municipalities impacted by three large hydroelectric projects as a part of the research (Peixe Angical, São Salvador and Estreito), installed in the Tocantins River. 54 semi-structured interviews were conducted and analyzed using the Collective Subject Discourse (DSC). The results show that the implementation of these projects as a driver for local development, did not fulfill their role. The actors report that the changes and impacts caused transcend the increase in collection and energy generation, in addition, they show the consequences of the

post-dam effects and do not recognize the development arising from these projects, on the contrary, they report strong points unfavorable to the enterprise.

Keywords: Tocantins; governance; local actors; municipal collection; boom and bust.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade tem experimentado direta ou indiretamente as implicações dos grandes projetos desenvolvimentistas e, a questão assume uma dimensão ainda maior com a intensificação de obras na Amazônia, região única que possui uma alta diversidade biológica, cultural e social e, que vem sendo palco de disputas para implementação de empreendimentos que implicam no uso dos recursos naturais em larga escala.

Sobretudo, as obras no setor elétrico, tiveram maior impulso nos últimos anos com os empreendimentos adentrando o território amazônico. O planejamento do setor elétrico limita a participação da sociedade. São políticas decididas em alta escala governamental, envolvendo gestores, agências de pesquisa e regulação estatal, empreendedores e, em alguns casos, consultorias ou instituições contratadas para os estudos de viabilidade. Somente na fase de leilão e início da implementação da obra, é que de fato ocorrem as audiências públicas e a população local, teoricamente toma conhecimento do empreendimento e suas implicações. Não obstante, relata-se a dificuldade de entender os documentos técnicos e não há tempo hábil para discussão, além da falta de experiência com o processo (LIMA, 2015). A decisão foi tomada anteriormente e geralmente não se consegue parar ou modificar o projeto.

Independente do modelo proposto os projetos hidrelétricos impactam diretamente no lugar, no modo de vida e nas relações sociais existentes. Se a promessa é de que o projeto melhora a qualidade de vida local, por meio de geração de emprego e renda, aumento dos recursos financeiros, melhoria de infraestrutura, dentre outros, é esperado que os atores locais, representantes dos diversos segmentos da sociedade, possam contribuir com um relato positivo. Por outro lado, pode haver frustrações na comunidade, caso as promessas não se concretizem.

Diante desse contexto, esse artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento local e os efeitos pós-barragem, a partir da percepção dos atores (gestores e representantes econômicos e sociais) que vivenciaram o processo de implementação de hidrelétricas e vivenciam suas implicações. Para isso foi estudado os municípios tocantinenses impactados por grandes empreendimentos hidrelétricos instalados no Rio Tocantins.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL E GRANDES PROJETOS

A implementação de projetos desenvolvimentistas é propagada como uma forma de promover o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida na região. A ideia desses megaprojetos, é formulada e discutida entre os membros governamentais e empresariais, e seguem uma tendência global de desenvolvimento. Com isso, grandes obras de infraestrutura são planejadas e discutidas nesse âmbito e a tomada de decisão, quase sempre, é realizada sem a participação e contribuição dos que de fato sofrerão os impactos no local. Assim, o impulso no desenvolvimento local por meio dessas obras, pode não corresponder ao esperado.

Observa-se que dentre esses programas considerados prioritários para o desenvolvimento do Brasil, os projetos de implantação de usinas hidrelétricas, sempre foram palco de discussões, uma vez que sem energia não há viabilidade para outros projetos de desenvolvimento e o discurso permeia em torno de colapso energético, justificando a ampliação do número de hidrelétricas. Nessa visão, essas obras de infraestrutura foram intensificadas, nos últimos vinte anos e têm sido motivo de muitos questionamentos nas localidades em que foram implementadas, sobretudo daquelas localizadas no território da Amazônia Legal (LIMA, 2019). Essa região é efetivamente a que sofre maior pressão do capital internacional e brasileiro para transformar seus rios em jazidas de megawatts, além de outras formas de exploração (BERMANN, 2012).

Alguns desses projetos podem ocasionar esse “desenvolvimento” a outras regiões que se beneficiam desses empreendimentos. No entanto, no local onde ocorrem os impactos, é bem mais difícil identificar os benefícios advindos. Little (2014), corrobora que analisando nas entrelinhas das propostas apresentadas é perceptível os interesses governamentais e de grupos empresariais na contramão de um modelo de desenvolvimento sustentável, local e inclusivo, que atenda às expectativas de justiça social e ambiental.

Os relatos destacam que muitas promessas de desenvolvimento não se concretizaram. Até mesmo a energia gerada é direcionada para os grandes centros. Benincá (2011) ressalta que o modelo estatal de energia instituído promoveu a ocupação injusta e agressiva de territórios e o alagamento de terras férteis, gerando sérios danos ambientais. Além disso, praticou graves agressões culturais e físicas contra populações tradicionais; ampliou o êxodo rural, com suas políticas de indenizações insuficientes para manter as pessoas no campo; e

ainda, contribuiu para o aumento das periferias das cidades (BENINCÁ, 2011). Garcia et al. (2008), complementam afirmando que o planejamento nacional, sempre esteve priorizando o crescimento de grandes centros e não o desenvolvimento social e ambiental das regiões onde se constroem esses empreendimentos, apesar de muitas vezes o discurso ser focado em benefícios que a localidade receberá.

O termo desenvolvimento tem sido associado à noção de progresso material e de modernização tecnológica. Sua promoção, mediante o desrespeito e a desconsideração das diferenças culturais, da existência de outros valores e concepções, já teria funcionado como um engodo que, vestido da sedução do progresso, teria carregado em seu interior o domínio e a imposição cultural que desequilibram e abalam as sociedades (MARTINS, 2002). Dessa forma, os projetos podem alcançar indicadores de desenvolvimento em âmbito macro, no entanto, não ter resultados efetivos quanto ao desenvolvimento local.

O Desenvolvimento Local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança que leva ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente, o desenvolvimento local deve mobilizar e descobrir as potencialidades, promover as oportunidades sociais e a viabilidade da economia local. Para isso, é necessário inúmeras ações convergentes e complementares que tem o mesmo foco de promover a mudança social na localidade (BUARQUE, 2008).

As propostas de implementação de grandes obras apresentam poucas possibilidades de desenvolvimento local, uma vez que nos estudos de viabilidade não contempla estudos que identifiquem os potenciais de alavancamento local. O que ocorre é o inverso, as ações são propostas estão prontas e seguem modelos importados de outras localidades. O modelo instituído é estruturalmente violento, alimentando-se dos processos de exclusão e entregando as pessoas do lugar à própria sorte (BENINCÁ, 2011). Diversos impactos, pouco especificados e as vezes imensuráveis, interferem nos resultados, sendo importante compreendê-los.

Além dos deslocamentos físicos, também são reconhecidas outras mudanças sociais atreladas a este processo, como os deslocamentos econômicos decorrentes da impossibilidade de acesso pleno aos recursos naturais e meios de reprodução de seu modo de vida; rupturas do tecido social, problemas de saúde física e mental, danos as relações de vizinhança, dentre outras perdas imensuráveis (PINTO et al., 2018). Com esses projetos muitas pessoas são removidas do lugar - como se estes fossem apenas mais uma fase simples do processo de

execução - para dar lugar ao progresso. Ao mesmo tempo, o saneamento de danos ambientais, culturais e econômicos são deixados para depois do término da obra e, em muitos casos, seguem anos sem solução.

Nesse sentido, a percepção dos atores locais, extraindo o discurso do sujeito coletivo a respeito do desenvolvimento ocorrido em regiões impactadas por grandes empreendimentos, a exemplo das hidrelétricas, tem potencial para acrescentar novos argumentos à discussão, em contraposição aos indicadores econômicos, utilizados como balizadores para a tomada de decisão. Pode-se averiguar também, se as justificativas de desenvolvimento local, contidas no projeto inicial, foram consolidadas ao longo do tempo.

2.2 DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO (DSC)

A análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) é uma forma metodológica de resgatar e apresentar as representações sociais. Nessa metodologia as opiniões ou expressões individuais que apresentam sentidos semelhantes são agrupadas em categorias semânticas gerais, como normalmente se faz quando se trata de perguntas ou questões abertas, representando ideias centrais do grupo pesquisado (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2014).

As representações sociais são fundamentais para a prática da pesquisa qualitativa e a sua compreensão. Minayo (2001) ressalta que as representações sociais podem ser entendidas como a linguagem do senso comum, tomado como um campo de conhecimento e de interação social. Particularmente quando se trata da comunicação da vida cotidiana, as palavras são fundamentais. Elas são dotadas de ideologia e estão envoltas por tramas e relações sociais em todos os domínios e áreas do conhecimento.

Dessa forma, o DSC viabiliza o surgimento de novas possibilidades de interação, no que se refere às representações sociais como objeto de pesquisa, entre particular e coletivo, teórico e empírico, síntese e análise, qualitativo e quantitativo (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2014). Corroborando, Oliveira (2015 p.80) ressalta que o DSC possibilita utilizar “uma técnica de organização e tabulação de dados qualitativos que resolve um dos grandes impasses da pesquisa qualitativa, na medida em que permite, por meio de procedimentos sistemáticos e padronizados, agregar depoimentos sem reduzi-los a números”.

Portanto, o DSC consiste em analisar o material coletado de natureza verbal (depoimentos e entrevistas) com os dos atores, extraindo as Ideias Centrais (IC) e suas Expressões Chave, compondo-se para análise dos Discursos do Sujeito Coletivo (OLIVEIRA, 2015). Assim, a percepção local de um grupo é evidenciada e valorizada com a construção do

sentido compartilhado, possibilitando acessar o conhecimento e o saber rotineiros, partindo da reconstituição de um pensamento coletivo ocorrido no seu local. Portanto, essa metodologia facilita a compreensão e interpretação das falas dos sujeitos entrevistados e que representam seus grupos de atuação.

Essa metodologia foi utilizada com os atores locais, a partir de entrevistas realizadas em municípios impactados pelas hidrelétricas, Peixe Angical (2006)¹, São Salvador (2008) e Estreito (2010), no Estado do Tocantins.

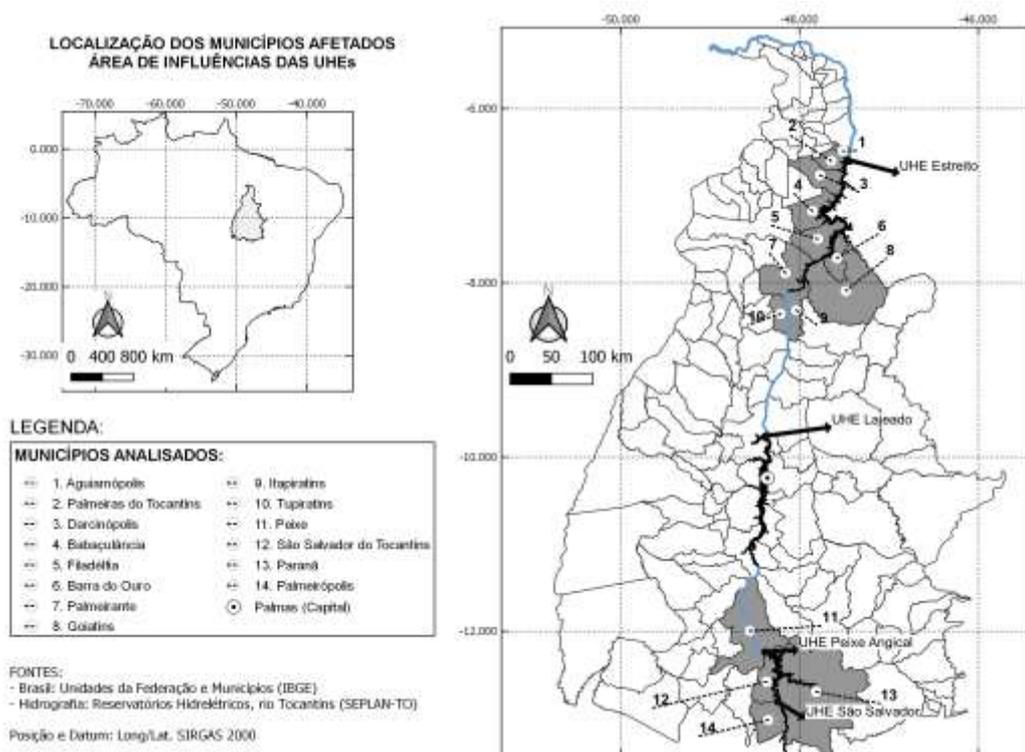
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa foi realizada no Estado do Tocantins, nos municípios atingidos pelas Usinas Hidrelétricas (UHE) Peixe Angical, São Salvador e Estreito. Destaca-se que esses três empreendimentos hidrelétricos, oriundos de uma proposta nacional de desenvolvimento energético, impactaram diretamente 14 municípios no Estado do Tocantins (Figura 1).

www.rara.unir.br

www.rara.unir.br



Fonte: Autores (2020)

Figura 1. Municípios no Estado do Tocantins impactados pelas Usinas Hidrelétricas Peixe Angical, São Salvador e Estreito

¹ Refere-se, para todas as UHEs citadas, ao ano em que foi emitida a licença de operação (LO), que significa finalização da obra e início do enchimento do lago. A geração se inicia logo em seguida, sendo em média de um a três meses depois da LO.

3.2 COLETA DE DADOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Dentre os 14 municípios impactados pelas hidrelétricas foram selecionados, a priori, sete municípios para visita *in loco* e realização das entrevistas. Como critérios, foram incluídos pelo menos dois municípios de cada empreendimento, os que foram impactados por dois empreendimentos (São Salvador e Paranã) e/ou que foram citados pelo órgão licenciador² como atingidos com impactos graves (Babaçulândia, Filadélfia e Palmeirante). Assim os municípios selecionados foram: São Salvador e Paranã, impactados pelas UHE Peixe e São Salvador; os municípios de Peixe e de Palmeirópolis, respectivamente pelas mesmas UHE; e Babaçulândia, Filadélfia e Palmeirante, pela UHE Estreito (Figura 1).

Os discursos foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com os atores locais que vivenciaram a experiência desde o início da implementação e vivenciam o período pós-barragem. Foram entrevistados representantes do Poder Público/Gestão (G) e de grupos e associações de atores implicados no processo, agrupados como Representações Econômicas e Sociais (R) (Quadro 1). Na ocasião, os entrevistados (E) foram informados sobre a natureza, os objetivos do estudo e a importância da gravação, assegurando o sigilo de todos os depoimentos, sem fins jornalísticos ou políticos, e a liberdade de recusar-se a participar da pesquisa a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ao entrevistado. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi lido e assinado por todos os participantes.

Quadro 1. Descrição dos segmentos de atores locais políticos, econômicos e sociais

Organizações/representações	Atores locais representantes
Poder público/ Gestão (G)	Prefeitos e ex-prefeitos; vereadores e ex-vereadores; Secretários municipais e ex-secretários
Representações Econômicas e Sociais (R)	Associações de barqueiros; colônia de pescadores; associação de barraqueiros, comerciantes locais; associação de reassentados; assistência social; extensão rural para pequeno produtor, associação de pequenos produtores e agricultura familiar, dentre outras lideranças locais.

Fonte: Autores (2019)

Assim, foram entrevistados 20 representantes do Poder Público (G) e 34 Representantes Econômicos e Sociais (R), nos municípios de Peixe, Paranã, São Salvador, Palmeirópolis, Babaçulândia, Palmeirante e Filadélfia (Quadro 2). Desse modo, foram realizadas 54 entrevistas no total, realizadas entre setembro/ 2018 e setembro 2019.

² Órgão licenciador, no caso das UHEs pesquisadas, é o IBAMA que conduziu todo o processo de licenciamento ambiental. Essa pesquisa faz parte da tese da primeira autora e contou com visitas ao IBAMA para conhecimento do processo, na fase da pesquisa documentou, parte de outro capítulo.

Quadro 2. Entrevistas realizadas por município visitado e segmentos representativos

Município	Usina Hidrelétrica (UHE)	Quantitativo de entrevistas	
		Poder público/gestão (G)	Representantes econômicos e sociais (R)
Peixe	Peixe Angical	6	6
Paraná	Peixe Angical e São Salvador	6	7
São Salvador	Peixe Angical e São Salvador	2	6
Palmeirópolis	São Salvador	1	2
Babaçulândia	Estreito	3	3
Palmeirante	Estreito	3	3
Filadélfia	Estreito	3	3
Total de entrevistas (54)		24	30

Fonte: Autores (2019)

Buscando identificar a percepção sobre as questões de desenvolvimento local e os efeitos pós-barragem, as conversas eram iniciadas com as perguntas norteadoras: Você considera que esses empreendimentos proporcionaram desenvolvimento para o município e oportunidades para as pessoas do lugar? Qual a sua avaliação após esse empreendimento? Assim os entrevistados podiam expressar livremente suas percepções sobre o viés do desenvolvimento e o que mais lhe era latente como efeito após a implementação da barragem, podendo ser bom ou ruim na visão deles.

As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas. Após leitura e releitura, foram agrupadas de acordo com as expressões chaves comuns e extraídas as Ideias Centrais (IC) mais frequentes nas entrevistas, formando assim o Discurso do Sujeito Coletivo para fundamentação dos resultados.

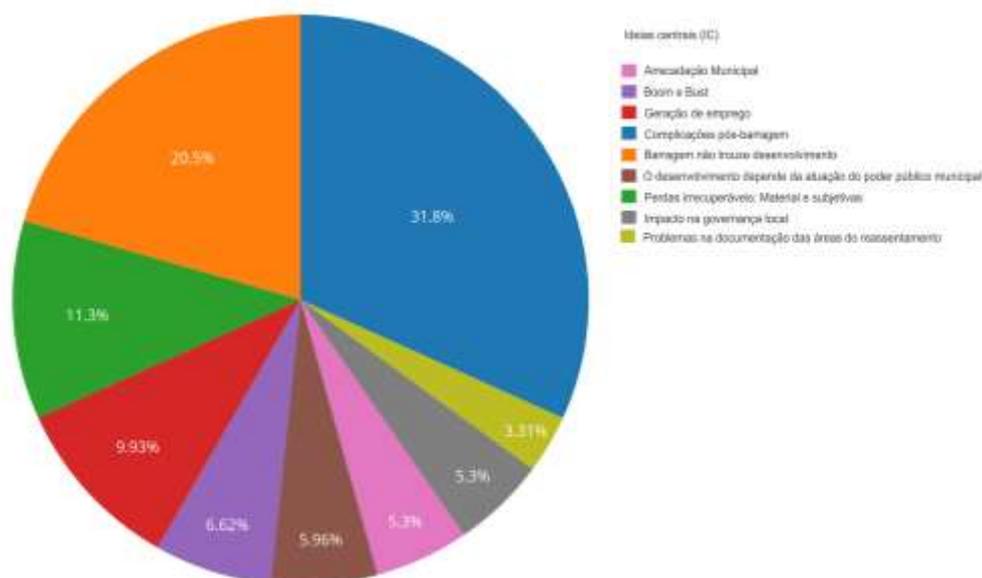
As análises das ideias centrais foram discutidas no texto de acordo com a sequência das perguntas realizadas com os atores, independente da frequência com que apareceram nas respostas dos atores.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise das 54 entrevistas identificou-se nove Ideias Centrais (Figura 2), com relação a contribuição para o desenvolvimento local a partir da implementação das UHEs, sendo estas: *arrecadação municipal (IC-A)*; movimento de *boom e bust*³ (IC-B); *geração de*

³ Teoria econômica da escola austríaca que tem como objetivo explicar os ciclos econômicos como consequência do crescimento excessivo de crédito por conta de políticas monetárias de fomento econômico que fazem com que as taxas de juros fiquem muito baixas por um longo período de tempo, criando bolhas advindas de excesso de crédito e diminuição da poupança (BERTELLI, 2011). Esse fenômeno (boom and Bust) foi usado em analogia ao fenômeno decorrentes de grandes empreendimentos implementados nos pequenos municípios, ocorrendo a alta movimentação de recursos e depois a queda brusca. Artigo publicado na revista Rica, v.10, n.3, com o título: Efeito pós-barragem nos municípios impactados por usinas hidrelétricas no estado do Tocantins/Brasil.

emprego (IC-C); complicações pós-barragem (IC-D); a barragem não trouxe desenvolvimento (IC-E); o desenvolvimento depende da atuação do poder público municipal (IC-F); perdas irreversíveis: materiais e subjetivas (IC-G); o impacto na governança local (IC-H); e, problemas na documentação das áreas de reassentamento (IC-I). Essas questões são relatadas nas falas dos entrevistados como efeitos identificados após a conclusão e no decorrer dos anos, no período pós-barragem.



Fonte: Autores (2020)

Figura 2. Ideias Centrais a respeito dos Efeitos pós-barragem: Desenvolvimento local, governança municipal e outros.

É fato que projetos de desenvolvimento, envolvendo construção de infraestrutura, causam impactos. De acordo com Andrade (2017), os conflitos existentes e potenciais relacionados ao uso dos recursos hídricos e do solo, as estratégias de conservação da biodiversidade e as políticas, planos e programas existentes para o desenvolvimento da região devem ser considerados e pensados a longo prazo, para além do momento da construção. O desenvolvimento anunciado acaba não se transformando em realidade. Gimenes (2018), em estudo realizado com UHE de Belo Monte corrobora que as propagandas da usina são atreladas aos termos “desenvolvimento” e “progresso”, e à ideia de sustentabilidade e relação harmônica com o meio ambiente. Esses anúncios promovem nas pessoas do lugar a ideia de que somente coisas boas irão acontecer e todos os problemas locais serão resolvidos.

Da mesma forma, quando se pergunta “se a implementação da UHE trouxe desenvolvimento”, os entrevistados reconhecem que teve incremento na arrecadação, às vezes confundindo arrecadação e desenvolvimento, o que nos levou a ideia central “arrecadação municipal” (IC-A). E nesse discurso, também alegam que os recursos recebidos são pequenos

diante dos problemas deixados, e que poderia ser melhor se fosse bem administrado para ser convertido em serviços à população.

Desenvolvimento...Assim, trouxe em algumas partes. Como eu disse, né? Com o recurso (da hidrelétrica) pra cá, né, o recurso financeiro, e só que assim, por esse lado foi bom, ele vem, né? Todo mês, só que a questão é que ele não é bem repassado e bem distribuído, e muito mal administrado, entendeu? (E15-G, 2019).

Trouxe porque aqui especificamente um dos empreendimentos que impactou de maneira muito positivo na arrecadação. É claro que, o que nós observamos aqui, é que as administrações, elas não souberam aproveitar isso bem (E1-G, 2019).

Trouxe, melhorias né? Mas nesse sentido como eu tô falando, veio pros cofres do município, se ele for bem investido vai trazer benefício, realmente vem uma verba boa pro município, mas assim dizer que você vê aos olhos assim, só como eu falei, a praça, a praia, né? Algumas associações, que eles trouxeram algumas coisas, né? Mas você vê assim um benefício que hoje ainda exista...(E21-R, 2019).

Teve, melhoria na parte de arrecadação, né? Teve sim, na parte fiscal, né? Arrecadação, mas isso assim, eu não considero como melhoria, porque é uma obrigação do Ceste reparar o dano, chamado a compensação hídrica, né? Isso é... mas assim, é 28 mil, 30 mil, isso não dá nem pra... pra começar com o dano que a gente sofre, principalmente no inverno (E45-G, 2019).

Então assim... e o que o Ceste hoje disponibiliza pro município como forma mitigadora, é a compensação financeira. Que é uma compensação financeira muito pequena, devido à grande quantidade de problemas que nós temos, e também não é um valor exato, tem mês que vem um valor e tem outro mês que vem outro valor, vai depender muito também da questão lá da produção lá (E38-G, 2019).

Observa-se que embora haja melhoria na arrecadação do município, muitos fatores influenciam no resultado para que esse incremento financeiro contribua para o desenvolvimento local, dentre estes, a correta aplicação dos recursos, a participação da população em exigir o que será feito com esse valor, além disso, os valores são abaixo dos danos causados. O efeito pós barragem que as pessoas concluem é que essa divisão de valores por município impactado, precisa ser revista, pois várias são as despesas que aumentam no município no decorrer dos anos. Portanto, ainda que se tenha aumento da arrecadação municipal, os impactos gerados e pendências oriundas da implantação desses projetos ultrapassam qualquer valor arrecadado.

Silva (2007), complementa que a compensação financeira implementada desde 1991, impõe as usinas hidrelétricas a obrigatoriedade de um pagamento de um valor mensal, proporcional a energia gerada, a ser distribuída entre os estados e municípios que foram afetados pelos reservatórios. No entanto, afirma que não é possível estabelecer uma relação direta do crescimento econômico nos municípios pesquisados em decorrência da compensação financeira. Além disso, o valor é variável de acordo com a geração e a área impactada, o que dificulta previsões e compromissos com esse recurso por parte da gestão.

Outrossim, não se pode relacionar diretamente o aumento da arrecadação financeira com o desenvolvimento local, sem considerar de que maneira esses benefícios chegam a população como melhoria da qualidade de vida.

Outra ideia central que surgiu a partir das perguntas voltadas ao desenvolvimento, é que este é acelerado, mas passageiro e restrito ao período da construção, corroborando com o fenômeno econômico do *boom e bust (IC-B)*, que foi observado por meio dos indicadores de desenvolvimento para esta região (LIMA et al., 2019), e também enfatizado pelos entrevistados.

Passado o *boom* da construção, eles abandonam tudo. Acabou você não consegue mais nada, mas é aí que aparecem os problemas. No início tudo acontece, depois não tem mais nada (E13-G, 2019).

Então isso provocou uma série de questão. Você tem um problema de expansão urbana desorganizada que, geralmente, não tem todo um preparo, você tem um problema social muito grande, por quê? Você passa aí quatro, cinco anos com toda uma oferta, uma estrutura de trabalho e do dia pra noite isso desaparece. Então isso gera um impacto, a população acostuma com aquilo ali, do dia pra noite é tirado. É um... é um desenvolvimento momentâneo e não é sustentável toda cidade que recebe um empreendimento desse ela passa por um desenvolvimento econômico. É imediato, é rápido, mas não é sustentável. Então, cria a falsa impressão nas pessoas que aquilo ali é a melhor coisa do mundo (E1-G, 2018).

É, passando esse período da construção. Foi um baque muito grande tanto na questão de emprego, como também na circulação aqui de dinheiro no município. Foi desanimador, tudo se acabou rapidamente (E37-G, 2019).

Eu percebo que o município de Paranã, ele foi assim, teve uma grande melhoria naquela época. O município de São Salvador, no tempo da construção, teve mudanças, ele no momento da construção, ele teve, muita coisa entendeu? Teve benfeitorias, a economia cresceu. Mas, depois disso, a cidade parou, totalmente. Então, eu vejo que a diferença de São Salvador antes, no tempo da construção e agora, você vê que a cidade continua praticamente a mesma do que anteriormente (E37-R, 2019).

Os impactos que ficaram a posterior, foi uma grande debandada, comércios saíram... fechou comércio, fechou... muitas casas e viraram taperas, muita coisa aí... porque o povo... o povo daqui não tinha outro emprego, o pouco foi embora e acabou nisso aí, não fizeram uma projeção pra seguir, pra ter outra oportunidade... não foram atrás de outras coisas pra dar sequência ao povo ficar morando aqui, muita gente foi embora. [...] Houve ainda um *boom* imobiliário muito grande, inclusive, pessoas que sabiam na época, né? Chegavam aqui um ano e meio, dois anos antes, né? Que sabiam já que ia sair a usina, então dois, três anos antes, chegaram aqui e compraram quase todos os lotes disponíveis que tinha, quadras e quadras aqui na cidade, aí quando chegou... compraram a preço irrisório e depois venderam caríssimo, né? Mas agora não vale nada. (E5-G, 2018).

Essa tendência é percebida não só nos municípios impactados por projetos hidrelétricos, mas em toda a região amazônica, também em outros projetos de infraestrutura. Kaimovitz (2001), enfatiza que o modelo econômico praticado na Amazônia se caracteriza por um rápido e ilusório crescimento (*boom*) seguido de um severo declínio em renda,

emprego e impostos (*colapso*), e que o custo social desse modelo é altíssimo, principalmente por causa da migração e aumento da concentração de terras. No entanto, sempre que há políticas de desenvolvimento, seja por estradas, hidrelétricas ou mesmo antes, como por exemplo, no ciclo da borracha, o modelo de desenvolvimento para a região se comporta dessa forma e o alavancamento do desenvolvimento local não acontece. Pinto et al. (2018), confirmam que o debate sobre grandes empreendimentos na Amazônia geralmente é permeado pelo argumento de que eles também se convertem em desenvolvimento para as localidades que os recebem, sendo que as experiências atuais e do passado revelam a tendência ao comportamento de *boom-colapso*.

A *geração de emprego (IC-C)* também não se consolida nesses processos de grandes obras e, no caso das hidrelétricas, mesmo aqueles que são aproveitados na época da construção não são especializados para a fase de geração de energia. Ou seja, utilizam-se de mão de obra básica e não tem a intenção do aproveitamento do pessoal para a fase posterior, da geração que seria mais duradora. Dessa forma, alguns relatos fazem menção a essa problemática dos empregos locais:

É, com essas obras daqui para a cidade eles pegaram mão de obra local, mas pouca e é emprego provisório né. Para trabalhar depois na operação da usina, ninguém é daqui. Para não dizer que não tem ninguém, tem uma pessoa que eles mantem aqui, para fazer algum monitoramento. A Ferrovia Norte-Sul, ela empregou muito mais mão de obra aqui local, do que as obras da hidrelétrica (E37-G, 2019).

A maior parte dos... dos trabalhadores do empreendimento que mantém em funcionamento a hidrelétrica, são pessoas que vieram de fora, a maioria nem mora aqui no município de Peixe, a maioria mora em Gurupi. Nós não temos mão de obra qualificada aqui pra trabalhar na manutenção, controlando o funcionamento da hidrelétrica (E1-G, 2018).

Nem sequer gerou empregos. Não gerou empregos, nada, nada. Muito pelo contrário, a energia é muito, é cara foi isso que sobrou. Até a empregabilidade dentro da usina também não tem ninguém de Paranã (E20-R, 2019).

Emprego Pouquíssimo. Acho que é dois ou é três que eu saiba que é funcionário da obra (E31-R, 2019).

Não gerou empregos local. É tanto que eu sempre conversava com o seu Júlio, que era um diretor, da Enerpeixe lá de São Paulo, aí vinha aqui, muitas vezes fazia reunião, na época que nós tava na prefeitura, Ele falava o seguinte, que o objetivo dele era futuramente todo o pessoal de gestão da usina que fosse daqui, mas também eu nunca vi interesse nenhum dele, só por falar mesmo (E6-G, 2018).

De fato, em pesquisas similares com hidrelétricas os efeitos de empregabilidade são extremamente negativos. Maldaner et al. (2019) quando do estudo voltado aos efeitos da UHE de Peixe Angical e São Salvador, asseguram que os números indicam saldo de emprego declinante, não correspondendo às previsões de médio prazo estabelecidos pela Avaliação

Ambiental Integrada (AAI) e demais estudos apresentados na fase dos estudos de viabilidade. Conclui que o efeito positivo de geração de empregos foi apenas em curto prazo, com quantidade limitada de vagas, e especificamente durante as obras, ocasionando um déficit impactante nos municípios-sede dos empreendimentos. Os empregos quando gerados são temporários e a maioria dos trabalhadores que compõem a mão de obra na construção e depois na operação da UHE são de fora do Estado, não ocasionando impacto positivo local quanto a geração de emprego, o que é uma expectativa criada na comunidade local no período que antecede a obra.

A Ideia Central das *complicações pós-barragem (IC-D)*, incluí os resultados que os entrevistados consideram como resultante da implementação da UHE, dessa forma foram mencionados desde o abandono da empresa para com as demandas locais até a questão da avaliação que eles fazem sobre o processo. Na visão deles o que sobrou foi descaso, pobreza, prejuízo material e imaterial, dentre outros problemas ocasionados que só agora, após o processo concluído, é que se tornaram perceptíveis. Dessa forma, todos os depoimentos sobre a visão pós-barragem foram de insatisfação aos projetos de UHE, nas localidades tocantinenses.

Então assim, teve muita coisa errada, entendeu? É claro que a gente sabe que um empreendimento dessa proporção não tem como, né? Ter só coisa boa, mas fazer as coisas direito...Eu te asseguro que teve casos aqui de pessoas que morreram devido a vinda desse empreendimento. Eu penso assim, que... tem mais problemas do que soluções, de fato assim, é a minha opinião. A visão que eu tenho é que hoje nós temos muito mais problemas do que existia no passado (E37-G, 2019).

Causou um caos assim, ao município, né? E a contrapartida que o empreendedor passou pro município, não atendeu todas as necessidades, até hoje... ano passado a gente teve lá na hidrelétrica cobrando melhorias, né? E assim, o que eles nos respondem que o que eles tinham pra fazer e o que eles tinham de compromisso com o município, eles já fizeram, né? Então assim, é muito triste pra gente enquanto representante do poder público, enquanto moradora da cidade, porque o lençol freático aqui do nosso município aumentou muito. Esse é o resultado né? (E50-G, 2019).

Antes da barragem, eu acho que era melhor, porque o povo era mais feliz, o povo tinha mais dinheiro. Hoje, não tem, tem nada (E40-R, 2018).

Tem um laudo aí que precisa remanejar a cidade, a cidade está condenada. Mas, pra nós ficou difícil esse remanejamento agora, porque assim, nós perdemos a oportunidade. Pra você brigar hoje na Justiça Federal, pra fazer uma realocação de uma cidade, não é fácil, não. Eu acho que assim, de 100% de barragens que foram feitas, essa questão de realocar a cidade, pouquíssimos casos, né? (E45-G, 2018).

Aqui, a maioria da população, se você chegar bem aqui e dizer assim, "você achou melhor depois do lago ou antes do lago?", todo mundo vai dizer que antes do lago era bem melhor. Esse é o resultado depois da barragem...Aqui quase todo mundo tem esse pensamento. É consenso. Ninguém gostou da forma como foram tratados.

Hoje eu te falo, o município paga um preço muito alto assim devido a esse... esse empreendimento aí (E37-G, 2018).

De um modo geral, não traz benefício. Tivemos muito prejuízo, os vazanteiros ficaram no prejuízo, o pessoal das olarias, que fazia tijolo, telha, ficaram no prejuízo, as quebradeiras de coco que já tava trabalhando com artesanato, tudo, ficaram no prejuízo. Muita gente ficou no prejuízo (E40-R, 2019).

Aí é onde que a gente fala mais uma vez que a gente acha que, na realidade, esses consórcios que realizam essa... eles... eles exploraram isso, foi uma exploração muito grande dos impactados. E não vi muito crescimento, assim, para o município, assim. Tem, você recebe... o município de Paranã, pelo fato da casa de força serem no município de Peixe, o município de Paranã sofreu muita impactação, mas recebe muito pouco em relação ao que Peixe recebe (E15-G, 2019).

Agora a gente vai no rio e se for pescar no rio não pega peixe, porque o fundo é tudo de lodo, joga o anzol, fica tudo no fundo, só sai as trouxona de lodo, você puxa e diz, "aí vem um peixe", mentira, só o lodo (E22-R, 2019).

Hoje, a gente perdeu a maioria do turismo, o que eles alegam, o pessoal, "não, não vou na praia de Palmeirante não, porque lá é ruim pra banhar, lá é muito fundo, anda um pouquinho...". O que o pessoal quer é andar dentro d'água, quer se divertir, quer ficar à vontade. Aqui, eles andam, anda 10 metro aí já é um porão. É muito fundo, aí o pessoal não quer trazer a família, não quer trazer criança banhar na praia porque é perigoso. Apesar que tem... todos os anos tem os guarda-vidas, né? (E47-R, 2019).

Tivemos muitas perdas, e muitas, muitas. Aqui nós tinha... aqui era uma cidade turística, sabe? Nossa praia aqui era praia das melhores do estado de Tocantins era essa aqui, foi divulgado muitas vezes em televisão e tudo, uma das melhores praias do estado era nossa. Hoje em dia tem um lameiro ali, sabe? Foi grande, grande perda mesmo. E o turista aqui... turismo em junho e julho aqui era lotada a cidade, cidade bem movimentada. Hoje em dia, nem o festejo aqui quase não tem mais movimento, porque perdemos os turistas de fora que vinha pra dar o sustento e ir pras praia, né? Movimentar a cidade (E54-R, 2019).

Não tinha violência, roubo... Isso aqui era uma tranquilidade, deixava a porta aberta, ninguém mexia com nada. Hoje você não pode vacilar, que o nego leva a sua bicicleta, leva... tudo em função disso. Antes, não tinha isso. Ontem mesmo, aqui numa casa, (o rapaz) ele comprou uma televisão, parece que tem três dias, o cara foi lá e roubou. Não tinha isso antes. Claro que o progresso tem o seu preço, né? (E27-G, 2019).

A pesca teve e continua tendo, muito prejuízo aqui. Por motivos que, hoje, por exemplo, o pobre aqui não tem onde encostar no rio pra pescar, por causa dos ranchos e chácaras de luxo. Aí para você pescar precisa encostar lá e pedir autorização e a maioria não deixa. Além disso a pesca esportiva aqui tomou uma proporção, e eles chegam mergulham no fundo do rio e matam só os grandes, as matrizes. Assim não sobra peixe e não se produz. E o pescador da colônia não pode pescar (E5-G, 2018).

E outra coisa também... é. A gente coloca rede no rio, eu não sei por que que tá acontecendo isso, de um ano pra cá, no começo não tinha isso, agora, nós tamos descobrindo. A gente coloca a rede no rio, uma meia hora, uma hora que você vai tirar a rede, ela tá verde de lodo, verde, verde, só aquele lodo verde na rede que a linha engrossa. Não tem como pegar o peixe. Não tem. Aí eu chego com a rede tendo que colocar ali naquela pia, colocar sabão, esfregar, esfregar, a água fica verde, coloco no sol, enxugo, que eu tenho que guardar. E isso nunca tinha acontecido...antes da hidrelétrica a água era limpa (E47-R, 2019).

E isso acabou tudo. Na verdade, esse... esse empreendimento pra nós, pra mim foi meio que ter pego assim, um passarinho ele avoando e arrancado as asas dele tudinho e soltado aí pra ele ficar só andando, sem poder pular, avoar. Nada de bom pra mim não aconteceu, e foi pra muitos, foi pro... nessa área nossa mesmo, acabou (E41-R, 2019).

Rapaz, é o seguinte: dentro desses 10 anos, eu vejo que é um dos 10 anos dos problemas maior que a gente enfrentou dessa cidade. Não só na cidade de Palmeirante, como de Estreito, cidade de Filadélfia, Barra do Ouro, Tupiratins, Babaçulândia, Carolina. São (as 12) cidades que ficaram com maior prejuízo na história. Não tem nenhuma renda, que deixaram pra dizer assim, “essa categoria hoje sobrevive dessa renda”. Não tem. É porque tudo foi uma política direcionada a um só objetivo: que era fazer esse... essa usina, entendeu? E eles fizeram. O que eles queria era construir, era gerar, porque essa... essa usina, o que eles quer é gerar lucro para eles, eles não tão nem importado com nada. Entendeu? O que eles quer é gerar lucro, eles não tão somando com isso. E o que que acontece? E hoje, nós vê que o poder econômico fala mais alto. E aqui, quantas pessoas não dormem de noite no inverno. Aqui, você vê essa área mais baixa aí, é tudo submersa de água, é porque tá toda impactada a cidade, sem expectativa nenhuma. E nós queremos dizer o seguinte: nesses 10 anos, eu acredito que não veio nenhum benefício que viesse melhorar a qualidade de vida de nenhuma família dessa cidade. Pra o meu conhecimento, não (E44-G, 2019).

O planejamento estratégico de grande parte das empresas brasileiras que desenvolvem as atividades de geração e transmissão de energia hidrelétrica ainda não contemplam estudos pós-barragem e os impactos sociais e econômicos deixados a partir da licença de operação. Os impactos são calculados em cima do que será modificado com a construção do empreendimento, a realocação de pessoas, substituição de algumas áreas, indenizações e toda a parte de compensação ambiental pelos impactos do empreendimento. Mas a análise nas cidades após a instalação e operação da UHE geralmente é negligenciada, os efeitos negativos da instalação, são camuflados, sob o discurso da empresa que diz que “tudo que foi prometido foi cumprido”. Isso fica patente nos relatórios de PBAs enviados pelas empresas ao órgão ambiental, onde se intitula na maioria das vezes, “relatório de cumprimento dos PBAs estabelecidos”. Mas não se encontra documentos propondo novas medidas ou acompanhamento do desenvolvimento local a partir das UHEs.

Uma outra categoria de respostas foi a opinião de que *a barragem não trouxe desenvolvimento (IC-E)*. O interessante é que as cidades visitadas nos dão uma amostra de norte a sul do Estado do Tocantins, e embora sejam três processos de implantação de hidrelétricas diferentes, as opiniões negativas convergem para o discurso do não desenvolvimento. Dentre as opiniões que consideram que a barragem não proporcionou e/ou contribuiu com o desenvolvimento local estão:

[...] olha aqui não trouxe desenvolvimento. E não acho que é só Babaçulândia que tá assim não, acho que todas as cidades que foram impactadas. Aí diz assim, acho que a empresa tá tudo bonitinho, mas quando você chega no município, você vê o que aconteceu mesmo... progresso nenhum (E42-R, 2019).

Olha quando começou a implantação de... da Enerpeixe, de barragem, o negócio só complicou, tá? Primeiro veio o desafeto de tirar as pessoas de suas residências, de seus lugares. Há muitos lugares... há muitas fazendas por aí que até hoje não tem luz elétrica, não tem... não tem nada da Enerpeixe. Não tem nada de bom. Apenas um caos e um aborrecimento, que ficou né? (E17-G, 2019).

Não, não trouxe desenvolvimento nenhum. Até pros ribeirinhos mesmo que a gente vê muita gente que tinha suas terras na beira do rio, plantava, fazia sua horta, tinha o seu movimento particular, hoje, ele não pode fazer mais isso. Quando eles... faz até um localzinho pra eles banhar mesmo dentro... na frente da sua chácara para convidar a sua família, pra ter um dia de lazer, eles são proibidos. Os fiscais, já manda se retirar, não quer movimento nenhum (E47-R, 2019).

Desenvolvimento? Não, Não. A não ser desapropriar os coitados que moravam nas margens dos rios. Desapropriaram, tomaram os lotes, os coitados ficaram aí ao léu sem saber como é que vão fazer, negociando pedacinho de terra a troco de nada com a própria Enerpeixe ou com o representante da Enerpeixe, e por aí foi (andando). e a Enerpeixe que dava o preço na terra deles, tinham nem direito de questionar. Eles desapropriavam e diziam, "ó, sua terra vale tanto" (E17-G, 2019).

Não, eu não... eu não vejo desenvolvimento... eu não vejo, eu não posso... eu não tenho nem assim um exemplo pra mim citar de benefício, "ah, mas fizemos projetos no município". Então, eu não posso, eu não tenho como citar nenhum exemplo de benefício, a não ser essa parte fiscal, mas que é obrigação (E45-G, 2019).

Com certeza, não trouxe né? Muitas pessoas, assim, mudaram, né, de Filadélfia, a gente vê hoje assim, o nosso município cada dia mais diminuindo, a gente não vê as pessoas querendo vim investir em Filadélfia. Então, a cidade tá cada dia só diminuindo. Então, a gente tinha supermercados grandes. Tinha um supermercado muito grande, hoje tá fechado. Então assim, muitos comércios que já abriram, já fecharam porque a economia local não consegue manter, né? Então assim, eu acredito, se a gente for olhar antes e agora, diminuiu bastante. A gente tinha uma estrutura beira-rio que era atraente, a gente tinha um hotel muito grande, esse hotel, ele foi destruído e não foi feito outro, né? Não porque o empreendedor não indenizou, mas porque o proprietário não teve mais interesse de construir outro, né? Então, a gente só tem visto assim, cada dia que passa, só diminuir (E50-G, 2019).

Se teve algum ganho ...bom, se é que teve, a população não ficou sabendo, né? Ficou por fora disso aí. Eu acredito que o município e a prefeitura, os prefeitos, tiveram algum benefício, mas eu achava que deveria ter sido mais esclarecido pra comunidade, pra sociedade, né? (E20-R, 2019).

Não. No meu ver, não traz desenvolvimento. No meu ver, não traz. Até porque, hoje, nós temos a energia mais cara que tem e moramos tão perto do... de uma hidrelétrica, né? E a nossa sociedade cobra muito isso e não temos nem assim, uma melhoria, nem de abaixa de uma energia pra uma renda pras pessoa mais carente (E51-G, 2019).

Não, pra mim nada de bom. Não, imagina, porque a gente quando... antes disso, menina. Eu me casei, formei a minha família aqui, criei meus filhos todos aqui, estudando nessa escola aí. Depois, quando eles terminaram, -naquele tempo que a gente falava quarta série-, aí ele ia pra outra, pra Paranã, pra outros lugar estudar, né? Mas a gente tinha as roça, e tudo o que a gente queria era só ir lá e buscar. Ia lá, buscava o cacho de banana, buscava a mandioca, buscava... quando era no tempo plantava o arroz, plantava o milho. Plantava até algodão ((risos)), plantava o algodão, plantava a cana, plantava de tudo, né? Os menino era só ir na roça e pegar as coisa. E agora se quiser uma banana tem que comprar. Porque aqui mesmo tem

uns pé que não tá dando é nada. Com essa secona aí, com essa terra seca não dá nada. Aí, agora, a banana é comprada. Mandioca eu não compro, não, que eu tenho uns pé aqui no quintal. E assim por diante. Mudou, tudo agora é dinheiro. Se quiser comer uma batata doce, tem que comprar, né? E assim tudo (E29-R, 2019).

Na realidade, não trouxe melhoria. Não conheço nenhum projeto do Ceste aqui dentro do município assim, que gere renda, que gere a melhoria pra nossa população, a não ser as indenizações que eles fizeram naquele tempo, e depois abandonaram o nosso município, nunca eles vieram mais, no meu conhecimento, aqui, moro há muitos tempos, depois tenho três anos de vereador, nunca apareceu um aqui pra dar um projeto que melhorasse a nossa população (E51-G, 2019).

Diante desses relatos percebe-se que a avaliação sobre a contribuição para o desenvolvimento local é semelhante entre gestores e lideranças da comunidade local, não tem divergência quanto aos prejuízos adquiridos, não tem efeitos bons. Não conseguimos identificar entre os 54 entrevistados, nenhum dos atores que pudesse visualizar formas de desenvolvimento local que o empreendimento pudesse ter gerado.

Alguns relataram que para promover o desenvolvimento local por meio de um grande projeto de desenvolvimento, é necessário o envolvimento e comprometimento do gestor municipal. Dessa forma a categoria *(IC-F) o desenvolvimento depende da atuação do poder público municipal*, também foi considerada.

Era para ter mais desenvolvimento. Aqui era pra tá com desenvolvimento assim, um pouco maior. Até mesmo porque, através do acesso aí dessas duas BR aí que cortam o município, né? A 010 e a 242 com a... era pra ter vários tanques rede aqui, né? No caso da pesca, e mais, né, alguma coisa com relação a laticínios também, né? Não é mesmo? Mas isso aí também eu acho que depende muito também dos prefeitos, né? Fazer uma cobrança... gerir e fazer uma cobrança do governo também. Que isso aí tudo é parceria, né? Não é mesmo? Agora, e a companhia energética, ela parou de dar assistência, né? Tem uns assentamentos aí que, inclusive, o Edimilson aqui da beira do Rio Maranhão aqui, Jataí, hoje só tem quatro moradores. O resto, já venderam as suas propriedades, por quê? Porque, no início, eles vinham, davam trator, né, todo ano, aí tinha o plantio, né? Dava assistência. Hoje, não dá mais nada disso não (E14-G, 2019).

Depende muito também do gestor do município, depende muito das pessoas que estão no Executivo, né? A gente teve uma perda... na época dessa transação, a gente tinha pessoas que tavam à frente do município que não deram tanta importância, e aí a gente perdeu. Porque se fosse um gestor que realmente tivesse, né, lutado pelos benefícios, eu acredito que hoje a gente teria uma cidadezinha bonita, arrumada, com dinheiro pra tá investindo em saúde, em educação, e eu acredito que tudo depende do gestor também, né? (E50-G, 2019).

Não adianta o poder público tem que cobrar e participar e buscar projetos. Eu criei uma feira pra poder ter essa demanda. Chegamos num ponto aqui, que nós tava produzindo tão bem, e com os projetos tão em andamento, que... coisa interessante, que os produtos, a Conar pagava muito bem. Então, primeiro entregava os produtos pra mim, o que sobrava ia pra feira e com o preço alto, porque a Conar paga bem nos produtos (E34-G, 2019).

Agora eu acho que também foi pior porque é desinteresse dos administradores, eu acho... eu penso assim, que é desinteresse dos administradores, porque se não... porque Peixe também merecia alguma coisa (E8-R, 2019).

A ideia Central de que houveram *perdas irrecuperáveis: materiais e subjetivas (IC-G)*, uma vez que durante as negociações se valoriza os bens materiais, mas as perdas sentimentais e culturais são desconsideradas, sendo motivo de muito debate e poucos resultados positivos. Benincá (2011) menciona que as barragens causam o rompimento de laços familiares e grupais, traumas diversos, o desenraizamento cultural, a perda do vínculo espacial, doenças, depressão, violência e até casos de suicídio, em virtude de transtornos psíquicos. A inundação de florestas, cidades, escolas, cemitérios, igrejas e outros espaços considerados sagrados incidem de forma extremamente negativa sobre os atingidos, causando um dano irreparável e incalculável, que são corroboradas pelas falas:

No fim a gente tem proximidade com o rio, mas a mesma coisa que não ter, que não... na beira do rio ninguém pode mexer, né? As partes que a gente pode mexer é só chapada mesmo e... o que presta daqui é a cultura, a cultura é tudo APP, né? Lá a gente podia, agora, hoje, o que sobrou nessas beiras de rio aí, não pode mexer em nada não (E22-R, 2019).

Eu sinto a falta lá da beira do rio sim, porque a gente chegava lá, você via aquela natureza toda, não é? A água, você tinha onde pegar um peixinho pra comer, e hoje, hoje a gente não tem essa oportunidade, né, mais difícil. Até porque ficou longe, né? A questão da água aqui, não é, é que lá tinha a beira do rio lá, que era aguona assim, né? Agora aqui, eles puxaram uma água pra nós lá da serra, a gente tem a água do consumo animal, assim, né? Foi um debate também, e eles conseguiram essa água tá aí, e é o que tá nos socorrendo. Que os córregos secaram tudo, e antes não secava, e hoje, secaram tudo. Já é uma dificuldade pra gente, né? (E30-R, 2019).

A praia nossa foi o pior de tudo que ficou. Primeiro eles falaram que a cota do enchimento ia ficar 5,5m mas eles iriam deixar 5,2 para não mexer com nossa praia natural. Aí eu falei assim, "é, mas vocês não são Deus, não, vocês não dão conta de manter essa cota o resto da vida sua, não", só sei que veio, impactou a nossa praia, agora é uma praia artificial, hoje a nossa praia tem todo um lance que tem pegar e tirar areia e colocar na beirada... eles ajudam realmente, no meu primeiro mandato eles ajudaram, no segundo também ajudou, mas muito pouco, muito aquém do que deveria, sabe? E nossa praia tá ruim... não é o nosso praião de antigamente. Todo ano tem que dragar (E13-G, 2019).

Te falo é que dinheiro nenhum paga uma... um desastre desse, viu? Porque foi um desastre. É impossível recuperar (E20-R, 2019).

A praia aí foi realmente o... um legado que é pra ser esquecido, sabe? Dessa usina...Porque realmente acabou tudo... na nossa infância, a gente saía daqui, não tinha outra... não tinha outro divertimento pra nós, nós ia jogar bola na praia e tomar banho no rio, jogar bola e tomar banho no rio, entendeu? E hoje não se faz mais isso (E13-G).

Existe o valor sentimental e o valor... das pessoas que moram ali a quanto tempo? Às vezes nasceu ali. Como eu nasci na casa que eu moro até hoje. E isso não é considerado...(E38-G, 2019, 2019).

E outra coisa, questão do... assim, o município de São Salvador, ele perdeu muito, a praia. A praia daqui era linda. Ganhou, turista, eles vêm, vem mesmo, mas assim, acabou perdendo, porque a beleza que tinha a praia de Paranã, pra quem conheceu

antes e conhecia a praia de São Salvador, hoje não é a mesma praia, não é a mesma água. Assim, claro que não é a mesma água e nunca vai ser, mas assim, eram praias lindas. E hoje, infelizmente, é uma coisa bem artificial mesmo (E22-R, 2019).

Contudo, observados os impactos causados pela mudança drástica na localidade de aspectos socioeconômicos e ambientais, é imprescindível mencionar a ideia central do *Impacto na governança local (IC- H)*. Mesmo que a sociedade e a gestão local busquem se adequar à nova realidade, o prazo de adaptação é curto e os problemas durante e, após a finalização da construção, são inúmeros e estes sobrecarregam a gestão municipal, que busca resolver dentro de sua capacidade de infraestrutura e orçamentária.

Os problemas são inúmeros, desemprego em massa, problemas sociais e ambientais, como é o caso das praias, esgoto, praças para manter, dentre outros, que acabam comprometendo a governança local. As falas dos entrevistados evidenciam essas implicações:

Quando acabou a usina, aí a... os gestores sofreram muito com a quantidade de gente e o desemprego, você entendeu? Isso foi... foi uma coisa negativa, que é inclusive até hoje, o Peixe sofre com isso, sofre, porque na verdade não há ou não houve na época uma... da parte da gestão, uma negociação pra que houvesse um amparo depois disso (E6-G, 2018).

E como eles fizeram essas obras, eles passaram a responsabilidade pro município, e todo e qualquer problema que tem, a responsabilidade é do município resolver, entendeu? Se tem uma... se uma lâmpada lá da praia queima, é responsabilidade da prefeitura; se tem um problema no calçamento é responsabilidade da prefeitura. Então isso é o que eles falam, né? Então assim... tudo a prefeitura tem que arrumar... e isso deixa muito prejuízo para a prefeitura. A prefeitura tem que arcar (E-37G, 2019).

E mesmo sob nossa... como é que eu posso dizer? Sob nossa fiscalização, ainda às vezes deixa a desejar em questão física. Aí o prefeito às vezes tem que se desdobrar pra tentar colocar mais recursos, mais atrativos pra tentar sanar aquela parte física, que... aquela que era obrigatoriedade deles mesmo, pra que a sociedade tenha um mínimo de... né? De, sei lá, de conforto, ou de diversão, vamos dizer assim (E18-G, 2019).

Nós temos aqui 46 famílias, no reassentamento, pode ir lá, dez produziam. Porque nós têm mais de 280 família que a prefeitura tem que assistir, contratou no tempo terra mecanizada, e nós saímos daqui, do Sul, quando chega lá no Norte, que tem que voltar pra dar a segunda gradagem, o tempo já se passou. O que que a prefeitura fez aqui hoje? Cobra só o óleo do pessoal. Nem todo mundo tem condições de dar o óleo. E antes esse povo produzia. Então, a princípio, a grosso modo, parece que era um trem bom, mas não é. Hoje, as famílias..., muitos vive mais na miséria do que antes, porque não têm nem o que comer. Isso é muito difícil (E27-G, 2019).

Ele não faz esse acompanhamento, das obras, ele entrega e pronto. Mas quem tem que tocar é o município. Como o centro de triagem, a gente toma de conta. Eles tinham que dar assistência por 50 anos, vão continuar gerando energia... Para dar continuidade as ações ficam oneroso pro município. Então hoje, eu estou desenvolvendo algumas ações que às vezes seria o empreendimento... Às vezes seria o empreendedor que poderia tá ajudando a prefeitura, tudo. Hoje eu contrato veterinário, engenheiro agrônomo, engenheiro de alimento, pra desenvolver as atividades aqui e tudo. Técnico agropecuário, né? Eu boto gasolina pra ir visitar os produtores tudinho (E43-G, 2019).

Efeito pós barragem aí ficou em cima da prefeitura. Mas quem tá penando muito é o poder público, muito, com isso. Nós preparava 20 terra aí com o trator, pra 20 pessoa, hoje nós tem 280 família cadastrada... (E27-G, 2019).

E as praia artificial, todo ano o prefeito tem que gastar 100 mil, 200 mil nessas praia porque tem que botar areia, eles sempre dão ajuda de custo, todo ano pra repor a areia, porque todo ano tem que botar areia, que ela fica no remanso do rio, a água, a enchente da chuva...(E44-G, 2019).

É necessário destacar que frequentemente, as obras e investimentos em compensações com infraestrutura local se concentram nas cidades onde ficam os canteiros de obras, desfocando do desenvolvimento da localidade e focando no atendimento das necessidades do próprio empreendimento, que detém um alto número de operários no pico da obra e precisam utilizar a infraestrutura de serviços locais. Ainda assim, quando finaliza a construção do empreendimento, são deixadas de lado e a cargo da gestão municipal, que além de ter que lidar com os problemas socioeconômicos deixados (desemprego, abandono de casas pelos operários, doenças – DST, gravidez precoce, dentre outros), ainda precisam investir na manutenção e zelo das obras locais realizadas (escolas, praças, e outros).

Nos municípios impactados diretamente, mas que não concentram o canteiro de obras, os resultados são ainda mais desfavoráveis. Geralmente precisam lidar com os reassentamentos – tirar as pessoas que são atingidas pelo reservatório - mas tem poucos investimentos na infraestrutura municipal e, por vezes essas pessoas vão para a cidade, causando um êxodo rural e a concentração urbana. Da mesma forma os municípios atingidos indiretamente, que também sofrem com os impactos, mas nem sequer são contabilizados nos planos de compensação. Desse modo, o discurso do desenvolvimento local e do progresso se constituiu/constitui na legitimação para a implantação desses projetos, mas o resultado não condiz com as justificativas apresentadas (Garcia et al.,2008). Esses elementos são implicadores negativos na governança municipal, uma vez que impactam os municípios por longo tempo, mas as compensações pensadas a curto prazo (se concentram prioritariamente durante a construção) e os conflitos se estabelecem, dividem os atores locais, desestimula, frustra e dificulta a governança local na busca de soluções conjuntas.

Dentre os efeitos pós-barragem, a Ideia Central *problemas na documentação das áreas de reassentamento (IC-I)* aparece em várias localidades, revelando uma prática frequente nesses processos. As falas destacam que até hoje, mesmo transcorrido vários anos após o término da implantação dos empreendimentos há pendências na regularização dos títulos de propriedade das áreas. Os depoimentos mostram a falta de empenho dos empreendedores em

regularizar a situação. Os atingidos receberam a área para reassentamento, como parte da negociação em atendimento às condicionantes do licenciamento, entretanto, continuam sem o título definitivo da terra, numa situação equivalente a de “posseiros”, enquanto as usinas estão licenciada e funcionando. As falas a seguir reafirmam essa situação:

Muitos conflitos nós temos tendo, não só aqui, a demora também na regularização dos lotes, que tem demorado demais, e eles... qualquer errozinho que vem pro cartório, que eles encaminham, o cartório devolve. Invés de analisar logo tudo, também eu acho que o erro é do cartório também nesse sentido. Podia analisar logo tudo, se constasse o erro, que fosse reparado todos os erros logo...(E38-G, 2019).

E aconteceu que, inclusive, eu, que logo antes deles arrumar os documentos, o meu marido faleceu. Nem só eu, tem eu e tem mais uns outros lá, que tá com o mesmo problema, até hoje eles nunca deram o documento definitivo (E29-R, 2019).

Muito, na minha renda e na renda de muitas pessoas. Ainda teve uma coisa, uma sacanagem que fizeram com a gente, hoje me deram uma propriedade e um atestado comodato de cinco alqueire e meio, e aí, quando a gente foi medir a terra e ver, só dá três alqueires. Tinha um trato de passar... a empresa, de passar o documento com três ano, hoje já tem doze e nunca passaram o documento, nunca escrituraram nós, e nós estamos assim, nessa situação. Os que vende, vende barato, porque não tem nenhuma escritura, e os que tá lá em cima, algum idoso que tem aposentadoria ou algum que trabalha em alguma fazenda encostado. Eu convivi lá esses anos, vivi onze anos lá, que eu vivia da pesca, né? (E33-R, 2019).

É, eles falam que tão providenciando os documentos até hoje, mas era pra entregar com três anos. É igual eu falei pra senhora, já tem muito tempo. Aonde eu vejo, é porque eles deram a terra, que a gente era pra tá com cinco alqueire e meio, e lá nós estamos em cima de três. Então, eu acho que é isso que eles seguraram os documentos até hoje, porque não tem como eles chegar lá e dar um documento de três, nós não vai querer. Inclusive eu fiz um Pronaf em cima dessa terra. Eu dei conta de pagar poucas parcelas, porque peguei um Pronaf, comprei uma quantidade de gado, que eu achava que eu tinha uma terra, depois não tinha. [...] o que mais a gente queria hoje, por exemplo, todos, era ter pelo menos o documento da terra em mão, né, a gente não tem. Porque o atestado de comodato, quando a gente foi ver direito, é uma coisa que a gente tá lá só acomodado mesmo. Não é um documento definitivo, só posse (E33-R, 2019).

As falhas que ocorrem nesses processos, nos quais as questões locais são tratadas pontualmente para o licenciamento, ficam evidenciadas nas respostas e são perceptíveis também nas visitas de campo. A questão das áreas sem medição correta é uma falha inaceitável, pois implica em questões de financiamentos, questões de inventário e ainda causam um sentimento de revolta e de inferioridade por ter sido iludido, acreditando na boa-fé dos negociadores. De fato, muito se tem a melhorar nesse processo para que as pessoas possam acreditar que esses projetos podem se transformar em impulso para o desenvolvimento local.

5 CONCLUSÃO

Retomando a pergunta desse artigo, a percepção dos atores locais sobre o processo de implementação de hidrelétricas e a contribuição para o desenvolvimento local, constata-se que não concebem a implantação desses projetos como um impulsionador para o desenvolvimento local. Para estes atores esses empreendimentos não trouxeram desenvolvimento. Pelo contrário, como efeito pós-barragem perceberam que, de modo geral, as mudanças e os impactos ocasionados transcendem ao incremento na arrecadação e na geração de energia, além disso, não reconhecem o desenvolvimento advindo desses empreendimentos.

O discurso dos atores locais indica uma série de pontos que podem ser observados e considerados no sentido de tornar as negociações mais justas, respeitando a liberdade, o direito e as questões socioambientais, que permeiam esses processos desde seu planejamento, implementação e no período de operação (pós-barragem). Os atores locais precisam ser ouvidos, respeitados e considerados. Têm muito a dizer.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, André de Lima. **A Viabilidade ambiental de usinas hidrelétricas e a aplicação da avaliação ambiental estratégica no Brasil**. 2017. 217 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia, Instituto, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

BENINCÁ, D. **Energia & cidadania: a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 310.

BERMANN, C. O Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21: Cenário atual. In: MOREIRA, P. F. (Ed.). **O Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21: Oportunidade e Desafios**. Brasília: Rios Internacionais - Brasil, 2012.

BERTELLI, A. M. **Formação de Bolhas e a Eclosão da Crise Financeira de 2008 Sob A Perspectiva Econômica Austríaca**. Monografia: Faculdade de Economia e Administração. Insper Instituto de Ensino e Pesquisa. São Paulo: Insper, 2011.

BUARQUE, S. J. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: Metodologia de Planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 4ed. 180p.

GARCIA, M. F.; LIMONAD, E. **Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional**. In: IV Encontro Nacional da Anppas, 4 a 6 de junho de 2008, Brasília - DF - Brasil. 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT4-887-626-20080518205856.pdf>>. Acesso em: Mar/2019.

GIMENES, C. E. R. **Estou preocupado com o antes e o durante e o depois: narrativas e experiências de atingidos por Belo Monte**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Antropologia. São Paulo. 2018.

KAIMOVITZ, D. **Relatório de Atividades 1999-2000**. Imazon. 60p. Veríssimo, T. & Barreto, G. 2001. Belém: Imazon. Disponível em



< <https://amazon.org.br/publicacoes/relatorio-de-atividades-1999-2000/>>. Acesso em: jan.2019.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A.M.C. **Discurso do sujeito coletivo**: representações sociais e intervenções comunicativas. Relato de Experiência. Florianópolis, 2014 Abr - Jun; p. 502-7.

LIMA, A.M.T.; MARQUES, E.E.; ERTZOGUE, M. H.; FERREIRA, D. T. A. M.; LIMA, J.D. Os rios amazônicos convertidos em gigawatts: participação social no processo de implantação de usinas hidrelétricas. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, V.7, n.2, mai/ago. 2015.

LIMA, A. M. T.; BUSCHBACHER, R. J.; OLIVEIRA, N. M.; PINTO, M. D. S.; ALVES, E. O.; MARQUES, E. E. Efeito pós-barragem nos municípios impactados por usinas hidrelétricas no estado do Tocantins/Brasil. *Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais*, v.10, n.3, p.138-155, 2019. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2019.003.0013>.

LITTLE, P. E. Mega-development projects in Amazônia: a geopolitical and socioenvironmental primer. Lima: **Derechos, Ambiente y Recursos Naturales**, 2014.

MALDANER, K.L.S; LIMA, A.M.T.; AKAMA, A.; MARQUES, E.E. A Avaliação Ambiental Integrada e os cenários socioeconômicos de municípios impactados pelas Usinas Hidrelétricas Peixe Angical e São Salvador no rio Tocantins. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, n.52, Jun. 2019, Pag 119-134.

MARTINS, S.R.O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **INTERAÇÕES. Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 3, N. 5, p. 51-59, Set. 2002.

MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, N. M. **Desenvolvimento regional do território do Estado do Tocantins**: implicações e alternativas. 2015. 224f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Toledo, 2015.

PINTO, D.G.; MONZONI-NETO, M.P.; GOMEZ-ANG, H. IFC (Org.). **Grandes obras na Amazônia**: aprendizados e diretrizes [recurso eletrônico]. International Finance Corporation-IFC. 2.ed. – São Paulo: FGV-EAESP/FGVces, 2018. 302 p.

SILVA, L.L. **A compensação Financeira das Usinas Hidrelétricas como instrumento econômico de Desenvolvimento Social, Econômico e ambiental**: Dissertação de Mestrado. Departamento de Economia. UNB. Brasília - DF. 2007.